# ATA NÚMERO VINTE E DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas 10:00 horas, reuniu o Plenário da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

**I** - Período antes da ordem do dia;

**II** - Ordem do Dia:

1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

2- Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2016;

3- Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2017 - 1ª Revisão;

4- Lei dos Compromissos – Contratos Plurianuais;

5- Discussão e Votação do Aditamento ao Memorando de Entendimento – Município de Almeida / All-IN e Contrato de Cessão de Exploração das Termas de Almeida - Fonte Santa ";

6- Caixa Geral de Depósitos em Almeida;

**III** – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências dos Senhores: Henrique Vilhena Pereira da Silva e Maria da Conceição Jesus Baptista Vilhena de Carvalho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a ata da Assembleia Municipal realizada no dia 06 de fevereiro do corrente ano, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disponibilizou as atas do executivo para consulta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento a esta Assembleia Municipal de um ofício da Assembleia Municipal de Viseu, referente a uma moção que foi aprovada numa sessão ordinária daquele Órgão, cujo o titulo é a "Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros", designando-os por "Universidades Politécnicas", ou " Universidades de Estudos Avançados", de modo a poderem atribuir o grau de Doutor.

Deu também conhecimento do oficio dos Revisores Oficiais de Contas da Câmara Municipal que contêm a certificação legal das Contas do Município, relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2016, considerando que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Deu também conhecimento do relatório da CPCJ, o qual dá cumprimento dos dispositivos legais que o enquadram.

Foi também presente o relatório de atividades do Conselho Cinegético que, dá conta das reuniões e os locais, onde foram realizadas, tendo todas as ações sido aprovadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disponibilizou toda a correspondência recebida para consulta de todos os interessados e solicitou aos membros da Assembleia que representam outros Conselhos para que, na próxima sessão fizessem o favor de apresentarem os respetivos relatórios de 2016.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra a quem desejava apresentar os referidos relatórios.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, foi dito que ele é o representante das Juntas de Freguesias, no Conselho Municipal de Educação e que se realizaram várias reuniões, manifestando preocupações com a diminuição de alunos e questões relacionadas com a segurança bem como a ausência do 10º ano numa das escolas do nosso Concelho.

Mais referiu que, até ao momento e por parte dos representantes das outras Juntas de Freguesias não lhe chegaram quaisquer preocupações.

Referiu também que, o Conselho Municipal de Segurança teve recentemente duas reuniões, onde foram feitos os balanços por parte das autoridades, tanto a nível dos Bombeiros como GNR, das atividades realizadas ao longo do ano.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou, ainda, um documento que lhe foi enviado pelo deputado desta Assembleia Municipal Dr. Henrique Vilhena Pereira da Silva o qual se transcreve:

"È tradição nas Universidades Portuguesas, que quando um Professor se jubila/reforma, profere a sua última aula intitulada "Lição Magistral".

Igualmente, e em fim de ciclo de vida, gostaria de aqui vos confidenciar alguns factos que mais me marcaram/impressionaram durante os últimos doze anos em que aqui estive, e como é evidente, com alguma critica á vida deste Concelho.

" Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce " – António de Sousa Júnior sonhou e a obra conseguiu-se, facilitou a edificação de uma Pousada para Almeida, e a sua persistência e conhecimentos nas Forças Armadas proporcionou a criação de "recreação histórica" das Invasões Francesas, uma enorme mais valia de que todos gozamos em cada final de Agosto. Conseguiu pôr "Almeida no mapa" para nosso grande regozijo. Após o seu desaparecimento terrestre, solicitei e sugeri que fosse atribuído o seu nome a uma rua, e acrescentei que poderia ser a actual rua da muralha que nada de especial significa. A comissão toponímia nada disse?!

Ao seu lado "direito" juntou-se outra personagem de enorme valor, há muito infelizmente desaparecido e esquecido, e sem nunca me ter apercebido do porquê. Refiro-me agora ao Padre Manuel Gomes. Também aqui a Comissão toponímica permaneceu calada. Não poderemos esquecer como deve ter sido hercúleo levantar o Lar da misericórdia, o Lar de acamados ... e a evolução contínua pois a sua obra foi imensa. Juntaram um grupo de gente com visão, e ali nasceu o Colégio de Almeida, que permitiu a tantas e tantas gerações iniciarem os primeiros passos na vida cultural e educacional na sua própria terra. Quão beneficio não houve?

O Dr. Casimiro Matias, pessoa que sempre me habituei a respeitar tem o seu nome dado a um largo., penso que não por ter sido Médico ou Presidente da Câmara, mas sim por ter sido leccionador/professor de tantos e tantos jovens.

Pese embora não seja este o aeropago ideal para o efeito, uma ideia poderá aqui e agora ficar: Nos 500 anos da Misericórdia de Almeida (a breve trecho comemorados) porque não, atribuir ao lar a denominação de – Lar Padre Manuel Gomes – e ao de acamados – Lar António S. Júnior. Far-se-ia alguma justiça.

Apesar de haver a rua "mortos pela pátria", teria gostado de ver uma placa singela com os nomes dos jovens que da minha criação "ficaram" no Ultramar Português.

O Sr. Presidente do Município de Almeida tem referido a quantia já gasta em publicações concernentes à candidatura de ALMEIDA a Património Mundial – 600.000/700.000 euros, muito, muito dinheiro.

Sou de opinião que por cada cêntimo gasto em folhas de bom papel "couche" existe directa e proporcionalmente um aumento de folhas nas pedras da muralha, pedras essas, que teimam em cair e que o Sr. Isaac Newton não deixa "subir"

As ruas são o que são, as casas idem, o ex quartel da G.N.R., quartel das esquadras, que degradação. Assim para minha tristeza pensarei, não iremos "lá", pois "tudo vai atrás de quem o deixa", se os mesmos não forem preservados, e esse esforço e brio pelo património não os vislumbro.

Nas obras da porta se Santo António colocaram 2 pináculos um deles de forma quadrangular transformando assim uma porta num templo Maçónico. Com um simpático vento vindo de Espanha (bom) tomaremos um simpático "drink" no espaço para esse efeito sobre as "casas matas". O que nasceu como um memorial junto da ponte do Côa o que é agora? Lixo?

Disse que estaria em fim de ciclo, e tenho muita tristeza ao ver que os 2 últimos Presidentes não tivessem conseguido um nome, uma candidatura forte não só para Almeida mas sim para se projectarem no Exterior (Lisboa) conseguindo os seus objetivos.

Ao putativo Presidente, quero dizer-lhe, que admirei a sua obra relativamente ao mapa rodoviário do concelho, mas mande executar com urgência a rotunda de Vilar Formoso no final da rua do comércio (que infelizmente cada vez o tem menos), até talvez a comissão toponímica aqui se manifeste.

Caro Engº António Machado não sou economista mas uma coisa lhe posso afirmar, governaria bem a Câmara de Almeida – se tivesse dinheiro faria "obra" se não tivesse não faria, e olhe que o dinheiro está na "geringonça". Já imaginou as suas dificuldades?

Do "bom" não falarei.

Este é o meu verdadeiro sentido de alma.

Obrigado a todos e aos que ficarem desejo imenso sucesso no vosso trabalho.

Cordialmente e com estima."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava usar da palavra, em relação ao conteúdo da carta antes transcrita.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, o Dr. Henrique Vilhena não está presente, por isso vai-se abster do conteúdo desta carta, mas naturalmente que lhe vai responder da mesma forma e por escrito, no entanto, focou uma questão que na carta é referida e que aliás um dos familiares do Senhor António Sousa Júnior, tem conhecimento, pensando que o Dr. Henrique Vilhena sabe das intenções do Presidente da Câmara em propor o nome do largo da casa, onde viveu muitos anos "Largo António Sousa Júnior".

Pelo Senhor José Guilherme Abranches, foi proposto que a Assembleia Municipal, fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento de um membro que em tempos foi Presidente da Junta de Freguesia de Naves e pertenceu à Assembleia Municipal, Senhor Horácio Raimundo.

A proposta foi aceite por unanimidade.

**I - Período antes da ordem do dia;**

Inscreveram-se para o período antes da ordem do dia o Senhor Prof. Aristides Valente de Sampaio Rodrigues e a Senhora Dr.ª Joana Celeste Dias Alexandre.

Pelo Senhor Professor Aristides Valente de Sampaio Rodrigues, foram levantadas três questões, uma tem a ver com a estrada que atravessa o Arrabalde de São Francisco em Almeida a outra é o Cemitério Velho e por último a questão do Encerramento da Caixa Geral de Depósitos de Almeida.

Em relação à estrada que atravessa o Arrabalde de São Francisco manifestou novamente a sua preocupação com o trânsito, tendo em conta a velocidade em que na mesma se circula uma vez que no local, apenas existe a limitação legal, mas não existe limitação física que, obrigue os condutores a reduzir a velocidade.

Relativamente ao antigo Cemitério referiu que, pese embora desativado é uma zona sensível, com fraca iluminação, segurança e propícia a roubos como é do seu conhecimento.

Mais referiu que o local é mal frequentado, nomeadamente durante a noite e que a coberto do escuro muita coisa pode acontecer, por isso, apela para uma intervenção no sentido de tornar o local mais seguro.

Por último perguntou sobre qual o ponto de situação, relativamente ao encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos de Almeida.

Pela Senhora Dr.ª Joana Celeste Dias Alexandre foi dito que, lhe custa muito que cada vez que, vem a Vilar Formoso, sente que o Concelho está cada vez mais vazio, que não tem sentido que não exista uma estratégia da Câmara Municipal de Almeida para inverter esta situação.

Mais referiu que, se está a aperceber que quando a auto-estrada estiver concluída, os turistas não vão parar em Vilar Formoso, porque acha que não têm havido estratégias concretas que façam prender o turismo no Concelho.

Compreende e concorda com a aposta que tem sido feita em Almeida, nomeadamente nos aspetos de natureza mais culturais, mas sente claramente e lamenta profundamente que o comércio em Vilar Formoso vai morrer em breve e com ele muitos postos de trabalho, porque não sente que tenha havido interesse, nem nada de interessante que agarre os turistas e é com muita tristeza que vive toda esta situação.

Por último disse que, espera que nas próximas eleições que estão para breve, as pessoas pensem bem, qual a escolha que vão apresentar, porque a que tem sido apresentada não promove atração em pleno do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se mais alguém desejava usar da palavra.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou toda a Assembleia e começou por responder ao Senhor Professor Aristides Sampaio.

Relativamente às barreiras dissuasoras para colocar na estrada que atravessa o Arrabalde de S. Francisco dentro do perímetro urbano, pediu ao Senhor Vereador Engenheiro António Machado para esclarecer qual o ponto de situação.

O Senhor Vereador Engenheiro António Machado começou por dizer que em relação ao arruamento prevê-se a colocação de uma passadeira elevada, junto ao

cruzamento da Cooperativa Fortaleza de forma a fazer com que os condutores circulem com velocidade mais reduzida.

O Senhor Vereador informou de que, já existe material colocado em alguns locais que foram também identificados e que existe no orçamento rubrica para fazer face a todas estas necessidades.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Engenheiro António Machado para que ao assunto dê a máxima celeridade.

Em relação ao Antigo Cemitério da Vila, o Senhor Presidente da Câmara, informou que, este assunto, já foi abordado várias vezes e que existia um projeto para aquele local o qual não se concretizou, mas que existem outras alternativas.

O Senhor Presidente informou de que, o processo de trasladação das ossadas é um assunto melindroso mas pensa que, a Câmara cumpriu toda a legislação, bem como a publicação de editais, pensando estarem reunidas as condições para se poder dar seguimento ao processo de trasladação.

O Senhor Presidente informou que, a propósito do assunto recebeu a Liga dos Combatentes há cerca de 15 dias e uma vez que a Liga também possui no Antigo Cemitério um talhão, ficou de contatar o seu representante com vista à atribuição de um talhão de menores dimensões no actual Cemitério, tendo em conta que apenas uma campa é limpa durante o ano e a má imagem que representa para todos.

Assim sendo, o Senhor Presidente disse que um talhão se denominaria por talhão dos Combatentes Mortos Pela Pátria e outro para desconhecidos, dando assim seguimento ao processo de traslação e desmonte de peças em mármore e granito.

O Senhor Presidente da Câmara em relação à C.G.D. de Almeida referiu que este assunto devia merecer uma melhor atenção e sugeriu poder ser agendado na ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não quis plagiar, o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer em relação à CGD, mas na sequência da carta que o Senhor Presidente da Câmara, enviou ao Senhor Ministro das Finanças e das manifestações da povoação, certamente que este assunto teria total cabimento que fosse agendado na ordem do dia.

Neste contexto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou á Assembleia Municipal se podiam agendar este assunto e se assim o permitissem ficaria a fazer parte da ordem do dia e como ponto número 6 - Encerramento da Caixa Geral de Depósitos, em Almeida.

Posta a proposta a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu à Dr.ª Joana que não sabia que já estavam em campanha eleitoral e informou que o Município tem estado atento e assume as suas responsabilidades naturalmente, que fez o máximo que podia para minimizar aquilo que são situações irreversíveis, dizendo não foi ele que traçou a estrada para aquele local, nem decidiu que ia passar àquela distância, no entanto, e ainda como Vereador conseguiu que fosse construído um nó de acesso desde Fuentes Onoro e Vilar Formoso e isso deve-se ao seu empenhamento e se não fosse o seu trabalho, persistência e contatos, nem o nó estaria projetado e aí sim a Auto -Estrada passaria ao lado.

Mais informou, o Senhor Presidente e em termos comparativos que, enquanto que em Salamanca encontram motivos para parar dando como exemplo os bons restaurantes, monumentos, nomeadamente a catedral, enquanto que em Vilar Formoso o mesmo não acontece.

Mais disse que, a Câmara Municipal tem alguns incentivos à disposição dos privados para isso e até já fez desafios para que possam apostar em novas iniciativas mas o que é facto é que nada foi apresentado, porque quando se exigiu o nó, estava prevista também a localização de uma zona de serviço, porque não tem dúvida nenhuma que conseguindo o nó, virão concerteza ligados ao transporte e á restauração empresas, sejam elas de Vilar Formoso ou não, sendo o importante a criação de postos de trabalho.

Sem querer entrar em campanha eleitoral, pergunta ao Senhor Primeiro Ministro, para que andou com as parangonas da Unidade de Valorização do Interior e para que serviu o trabalho da Dr.ª Helena Freitas em apresentar 164 medidas para a Valorização do Interior, sendo uma delas "O não encerramento de serviços", porque isso provocaria desemprego e despedimentos e consequente despovoamento, no entanto, assistimos ao encerramento da Caixa Geral de Depósitos em Almeida e provavelmente

CCPA e Serviços do SEF, questionando-se se é o que o Governo tem como solução para o Concelho de Almeida.

Referiu ainda que, foi o Senhor Ministro da Agricultura que veio fechar os serviços da terra dele e não o Presidente da Câmara de Almeida.

O Senhor Presidente da Câmara referiu também que, não é só o Concelho de Almeida que perde população, mas também Pinhel, Sabugal, Foz Côa, Fornos de Algodres, perderam todos e até as grandes cidades como Fundão, Covilhã, Guarda com excepção a de Viseu, em virtude do País estar a ser tratado de uma forma desigual comparativamente com o Litoral.

Mais disse que, em Espanha existe um fenómeno idêntico ao de Portugal, mas noutros países como França e Alemanha, pensam de forma diferente, porque tiveram políticas de combate ao despovoamento e a favor do investimento local, para evitar o despovoamento daqueles territórios, enquanto em Portugal isso não acontece, referindo que assim podem vir Presidentes de Câmaras, uns atrás dos outros que nada conseguem fazer para inverter esta situação.

Por último referiu que, ele próprio se sente impotente e muito, para reverter esta situação, mas tem consciência que esta tarefa não está nas suas mãos.

Pela Senhora Dr.ª Joana foi dito ao Senhor Presidente da Câmara que, relativamente à campanha eleitoral ela é totalmente independente faz parte agora do P.S., com muito orgulho mas é profundamente militante da esquerda.

Sobre ideias disse que, se formos a Bruxelas, o menino que é símbolo de Bruxelas e é tudo uma questão de marketing e se quer propostas, porque não haver uns flyers do que se vende em Vilar Formoso, sobre a lindíssima Estação de Vilar Formoso e alertou que, a Vila tem coisas importantes sendo preciso se calhar publicitá-las de uma forma diferente e se a questão é do Governo a geringonça parece funcionar.

Mais referiu que, pode haver informação na Fronteira, enquanto ela existe com várias formas de tentar vender o que temos e existe, porque há muita coisa, apostando em soluções e não ver quem tem ou não a culpa.

O Senhor Dr. Ricardo Rico disse que não compartilha da opinião da Senhora Dr.ª Joana referindo que, ele está em Vilar Formoso e no nosso Concelho todos os dias, acha que a auto-estrada pode vir trazer benefícios ou não, dependendo apenas da nossa

força e dos nossos serviços e da prioridade que se der às pessoas na formação, por isso é fundamental trabalhar-se em conjunto e com o mesmo objetivo.

Mais disse que, na Semana Santa esteve em Chaves, caso muito semelhante ao de Vilar Formoso, com comércio muito virado para o atoalhado e lençol e afins, onde também foi feita uma auto-estrada a sete ou oito kilómetros que lhe passa ao lado, no entanto, estava cheia de turistas, isto numa segunda-feira, agora imagine-se quando se chegar a quinta-feira santa. Verificou que sabem trabalhar, sabem vender o que possuem, têm fortificações, uma ponte romana eles vendem, por isso quando se tem pouco tem que se vender o que existe, sendo de opinião que tem de se tentar, mantendo a B.A. 101 e o Largo da Estação visitáveis.

Referiu também nomeadamente a formação dos funcionários em relação ao museu, sendo necessário identificar qual é o público alvo que vai visitar esses museus, sob pena de se correr o risco de ter museus muito bonitos e não haver capacidade de servir aquelas pessoas, haver uma parceria entre a Câmara e Privados, identificar qual o tipo de necessidades dos turistas, porque se não chegam às nossas terras passam e andam sem deixarem mais valias.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, foi dito que está de acordo com aquilo que foi dito, mas existe um fator importante que é a localização do Posto de Turismo que, em sua opinião, deveria estar no sentido inverso, porque normalmente quando se entra num País é que se vai visitar o Posto de Turismo para obter informação e depois é que se dá início à visita, enquanto que, em Vilar Formoso o Posto de Turismo, só é visitado quando o turista sai.

Relativamente ao que foi dito pela Dr.ª Joana, o Senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso, referiu que, a Junta de Freguesia, já executou esses flyers e existem no Posto de Turismo e que, também foi colocada uma estrutura para outdoor à entrada da Fronteira e outra na saída de Vilar Formoso e que também vai participar na FIT pelo segundo ano consecutivo em colaboração com o Ayuntamiento de Fuentes Oñoro para publicitar a Freguesia e tudo o que de mais importante nela existe.

Relativamente à questão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, o Senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso concorda que, se realmente houvesse mais informação identificando o Posto de Turismo, era realmente uma ajuda

preciosa, dando como exemplo que, já lhe aconteceu estar nas Bombas da CEPSA do lado Espanhol e alguém perguntou ao Senhor das Bombas se havia Posto de Turismo e os funcionários não lhe souberam responder.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que concorda plenamente, no entanto, esclareceu que o Posto de Turismo não é de Vilar Formoso, independentemente da localização ser má e que o edifício faz parte dum projeto da CEDET da Associação de Municípios de Cova da Beira e da Deputacion de Salamanca e que tem a ver com a recuperação dos edifícios da alfândega.

Informou também que, se tem de pensar no futuro porque dentro de algum tempo vamos ter a auto estrada ao lado e vai ter que aparecer por iniciativa pública ou privada locais de atendimento ao público e terá de ser pensada uma nova localização para o Posto de Turismo e espera bem que, depois o trânsito na actual da alfândega seja feito nos dois sentidos, lado norte e lado sul do edifício, como esteve no passado e se assim fosse, teria um tipo de resposta completamente diferente e espera que aquele espaço lá continue, mas com a auto-estrada a abrir, duas coisas terão de acontecer, primeiro localizar um junto à auto-estrada, e conseguir-se que depois já não venham invocar o espaço Chenguen como razão do trânsito, passar apenas no lado norte da alfândega por o lado Espanhol e que o trânsito volte a efetuar-se pelo lado norte e lado sul do edifício, por isso ele continua a dizer que aquilo não é o Posto de Turismo de Vilar Formoso, ele foi criado por conjunto de Municípios, inclusivamente também da Diputacion, no entanto concorda que a localização não é a melhor para quem está a entrar no país e quando o visitante está a sair já pouco interessa a promoção de Vilar Formoso e Concelho.

**II - Ordem do Dia:**

**1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;**

A dívida a fornecedores está a ser saldada no próprio dia ou num prazo em média não superior a 11 dias.

A dívida de longo prazo tem vindo a diminuir face às amortizações sendo ao momento de 2.518.469,41 €.

**2-Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2016;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava usar da palavra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que o ano de 2016, foi o ano mais penalizador de todos os últimos anos, pelo menos desde que está como Presidente da Câmara, porque enquanto que no ano de 2014/2015, já deveríamos contar com o novo Quadro Comunitário, isso não aconteceu, no entanto tínhamos verbas que ainda viemos receber do anterior Quadro Comunitário de obras que já tinham sido realizadas, mas que não estavam pagas e que ainda não tínhamos recebido a comparticipação financeira.

O ano de 2016, foi sem dúvida o mais atípico. Os nossos orçamentos dependem em média mais de 75% do que são as transferências do Orçamento Geral do Estado e do que recebemos dos Fundos Comunitários e portanto o ano de 2016, foi o ano em que o nosso orçamento coincidiu com esse não funcionamento do novo Quadro Comunitário e de já não haver verbas atrasadas para receber, teve que ser todo realizado com verbas próprias do Município e não foi mesmo assim tão negativo, pois faz um balanço bastante positivo do que aconteceu, porque apesar de tudo houve investimento, realizou 98% da receita e continuou-se a amortizar em meio milhão de euros, aumentamos os rácios em cerca de 10% e portanto também é compreensível que não poderia arriscar o lançamento de obras, sem saber se elas viriam a ser apoiadas por fundos comunitários sendo por isso um ano complicado, mas mesmo assim conseguiram transitar para o ano seguinte mais de cinco milhões de euros em 2017, e com um saldo positivo de cerca de 600.000,00 €.

É um facto que as GOP's não tiveram a realização que todos nós desejaríamos cerca de 50% do que era previsto no nosso investimento, porque o Quadro Comunitário que deveria começar a funcionar em 2014 e vamos a meio desse período e só agora é que temos as primeiras aprovações de obras algumas, já foram lançadas e que brevemente estarão no terreno muitas outra, mas por força de várias fatores como pareceres de entidades houve atrasos incompreensíveis a que somos totalmente alheios.

Apesar de todas estas dificuldades não deixaram de ser feitos investimentos na área social, educação e continuaram a realizar-se os eventos com qualidade mesmo não sendo comparticipados.

Mais referiu o Senhor Presidente que foi feito um esforço financeiro o qual só aconteceu porque o Município possui uma boa situação financeira e se não existisse ficariam largamente comprometidos todos esses projetos, lamentando que, as PARU's e os mapeamentos da cultura e todos os projetos que existem em carteira não tivessem tido um seguimento diferente, estando o Município pronto e os projetos preparados para esse investimento.

Pelo Senhor António Frias, foi dito que as palavras do Senhor Presidente da Câmara, foram bastante claras, mas pensa que não foi a percentagem que o Senhor Presidente referiu da execução global do PPI, a ele não lhe pareceu ter visto 50% desse plano realizado, mas o que é verdade e que continuamos na mesma.

Referiu que na parte final o Senhor Presidente deu algumas palavras de esperança com uma almofada financeira para vir a fazer projetos que, sejam comparticipados. Claramente que tem razão em relação aos fundos comunitários e é inconcebível que um País possa ir para a frente com a realização dos quadros comunitários, conforme estão a realizar-se, no entanto, tem vindo ao longo dos anos a pedir ao Senhor Presidente da Câmara mais um bocadinho, referindo que já o viu neste mandato numa fase de rendido, noutras de interessado, aliás é sua obrigação, por isso é que foi eleito. Assim sendo, para pregoar o desenvolvimento do Concelho, confrontamo-nos com dificuldades e às vezes, temos que reconhecer que precisamos de ter outra visão, sobre os assuntos.

Em relação ao desenvolvimento de Vilar Formoso, ele durante o último ano tem refletido muito sobre isso, referiu que esteve noutras reuniões da Comissão com a Drª Helena Freitas e daquela preparação para uma das reuniões, efetivamente mostrou-lhe aquele documento que existia, que acha que é de 2001 da CCDRC, para prever o que ia ser o impacto da ligação da auto-estrada, não havia nós, fez muito bem lutar, conseguiu a realização do nó naquele local, sabe que não vai resolver tudo mas pelo menos que possa resolver alguma coisa, no entanto, nem sequer o Senhor era Presidente, esse documento foi feito, e ele sentiu que ali ao longo dos tempos eram dados caminhos, que chamaram de âncora, outra tipologia, só temos a requalificação da alfândega e

posteriormente exterior, colocação desse CEDET, não houve outras apostas que eram necessárias independemente que grande parte delas não fossem da Câmara Municipal, que as tivesse que realizar, mas devia ter lutado por elas, neste momento apesar das dificuldades, já deveria existir o projeto de Requalificação do Parque TIR, sendo que naquela reunião onde também esteve o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, a única coisa que tinham pedido era a Requalificação do Parque TIR, quando naquele documento estavam vertidas 16 ou 17 intervenções que podiam ser realizadas no terreno e poder-se-ia ter lutado de outra forma, isto para dizer que o tempo cada vez passa mais depressa. Independentemente ao que o Dr. Ricardo Rico disse, referiu que não há volta para a frente mas sim para trás, a não ser que haja algumas intervenções deste tipo. Concorda plenamente com a criação do Núcleo Museológico em Vilar Formoso e que sempre foi apologista nesse tipo investimento e que a Câmara Municipal, entrou bem para conseguir fazer qualquer coisa, sobre isso, o Senhor não tem culpa, mas o Museu em principio deve estar pronto com o cenário que temos ali à volta que não é da sua responsabilidade, acho que a Câmara Municipal já fez o suficiente era servir, não vejo ao longo dos anos capacidade de inventar no bom sentido, ser mais arrojado. Na sua opinião as contas 2016, foram efetivamente um baixar de braços, mesmo com um certo tipo de projetos, poderiam melhorar algo, agora já o vê outra vez mais ativo.

Na questão do "Ninho de Empresas" ele já lhe disse que nem que fosse a última coisa que ele fizesse, tinha que deixar o "Ninho de Empresas" concluído, até pelos montantes a investir e claro se nós tivermos um projeto sempre serve para alguma coisa.

Mais referiu o Senhor António Frias que, com todo o respeito foi a última prestação de contas da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara e de uma forma simbólica reconhece-lhe algum mérito das últimas coisas que fez, reconhece-lhe uma mentalidade ao longo dos anos, sendo mais recetivo a ouvir opiniões.

Por último referiu que ninguém conhece o futuro, mas o Presidente que vier a ser eleito, sabe que sem muita coragem e sem muita preparação é impossível.

O Senhor Presidente da Câmara, disse ao Senhor António Frias que de pouco valem as desculpas, que gostaria que as coisas avançassem com outra projecção. A melhoria do Parque TIR e a criação na zona de serviços ainda acredita nela para o desenvolvimento de Vilar Formoso, porque se conseguirmos por essa via então fizemos um bom trabalho, mas também encontrou muitos obstáculo e nem sempre as reuniões

com representantes do governo foram concluídas, alias tem como testemunho o Eng.º Machado que o acompanhou em muitas dessas reuniões. Quanto ao estudo disse que hoje está desfasado no que era proposto, e foi um óptimo estudo até porque ajudou muito a reivindicar e defender o nó. Foi apoiado nesse estudo que conseguiu argumentos para defender essa intervenção.

O Senhor Presidente informou que, no lado de Espanha os trabalhos de ligação A25 à A62 estão a ser realizados e do lado Português é do seu conhecimento que a fase das expropriações está em curso, cujos trabalhos também irão avançar brevemente e a partir do momento em que, foi conhecida a localização exata foi feito o trabalho de casa tendo sido por nós apresentadas três alternativas, de acesso a Vilar Formoso estão dispostos a ser parte da solução, mas que deve ser da responsabilidade do governo já que o alcance é de um projeto de índole nacional.

Mais referiu que a Câmara poderá eventualmente assumir a parte das infraestruturas criando as condições dignas de um parque TIR, acreditando que isso poderá ser um pólo de desenvolvimento para Vilar Formoso.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação os documentos de prestação de contas do ano de 2016, tendo o mesmo sido aprovado por maioria.

**3-Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2017 - 1ª Revisão;**

O Senhor Presidente da Câmara, começou para dizer que esta revisão faz sentido porque é necessário entrar com o saldo da conta de gerência de 2016, também porque houve algumas verbas que foi necessário introduzir, como por exemplo a devolução do IVA, cerca de 75.000,00 €, e depois reforçar obras, que irão ser lançadas brevemente.

Mais informou que alguns orçamentos derraparam em relação aquilo que era a previsão inicial, havendo necessidades de reforçar, bem como os apoios a instituições, foram criadas algumas rubricas novas de pequenas obras que queremos realizar, ainda neste ano de 2017 e que não constavam inicialmente das previsões do nosso orçamento para 2017. Foram essencialmente essas as razões da presente Revisão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava fazer alguma intervenção.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, esta revisão só serviu para reforçar rubricas e que significativamente 50%, é para reforço de despesa corrente.

No entanto, surgiram-lhe algumas dúvidas que, pese embora não tivesse acesso às ultimas alterações houve no orçamento de 2017, mas que lhe chamou à atenção uma rubrica que não estava aberta no orçamento inicial de 2017, que era a Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso, que estava dotada com 600.000,00 €, e agora aparece com a dotação atual de zero euros, que vão reforçar com 600.000,00 €, o que não consegue entender.

Mais referiu que existem mais algumas, concretamente sobre o Memorial aos Refugiados e Cônsul Aristides de Sousa Mendes, na dotação inicial refere a revisão que estava dotada com 492.000,00 € e quando foi na aprovação do orçamento, essa verba estava dotada com 556.000,00 €, e agora é feito um reforço de 100.000,00 € num total de 592.000,00 €.

Sobre a Reabilitação do Quartel das Esquadras refere que no orçamento inicial que estava com 500,00 €, mas o que estava no orçamento inicial eram 500.000,00 € independemente, há aqui qualquer coisa que não consegue compreender, umas porque não tenho o seguimento das alterações, mas esta concretamente a Revitalização da Zona Comercial que estava inscrita no orçamento inicial com 600.000,00 €, não deve ter sido anulada, e aliás, está aberta com 00.00 €, mas com a mesma rubrica que tinha no outro orçamento, assim sendo gostava de obter os devidos esclarecimentos.

Mais referiu que, efetivamente e por exemplo a obra da Revitalização da Rua do Comércio em Vilar Formoso, está previsto o seu começo, não tenho aqui o documento, mas será para os próximos meses, ele sabe que o Senhor Presidente vai dizer que, não é tudo assim tão linear e recordou-lhe o reto que lhe lançou, quando foi na questão de ser escutada a população através de um processo, ao qual disse não, não fica assim, apesar de não estar totalmente de acordo com a forma como ia ser feito, mas faça já assim para conseguirmos ter resultados o que aliás está em ata e que nessa Assembleia ele lhe disse que em abril deste ano esperava que a obra já tivesse no terreno e o Senhor respondeu como consta também da ata em que, finalizada não estaria mas que já estaria no terreno e constata-se que não está. Sabe que às vezes os processos não são tão simples, mas quando fazemos uma aposta e concretamente essa, já houve tempo material para ser feita como aliás o revelam as contas que, existia disponibilidade financeira, assim como

outra que sempre lhe dirá, o Senhor Presidente pode pensar que tem razão e que agiu bem, concerteza porque agiu na sua consciência, mas às vezes é preciso dar o braço a torcer.

A própria Revitalização da Parte da Antiga - Nacional 16, era uma obra que já deveria estar concluída, tendo em conta a disponibilidade financeira. Esta é a sua opinião porque acha que são obras importantes para o Concelho.

Efetivamente o Senhor Presidente também dirá que são importantes, mas que, como várias vezes referiu, se não conseguirmos dar às pessoas aquilo que elas necessitam no momento, depois muitas vezes perdem o efeito e já não servem quase para nada.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que isso acontece e como aconteceu em relação à Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso, é um facto que a obra, está dotada, é plurianual, tendo uma dotação para este ano e para o ano seguinte acontece que, fruto de decisão que ele não comenta, até porque ele respeita as decisões maioritárias e portanto a decisão de a obra ficar com os dois sentidos, contra outra proposta apenas de um sentido, levou a que surgissem problemas, alguns que já foram resolvidos e outros que ainda não estão, como as expropriações.

Pelo Senhor Presidente foi dito que teme até que a obra tenha ainda mais atrasos significativos, contrariamente ao que era sua vontade, porque ele quando lhe disse que era uma obra que poderia estar no terreno o mais brevemente, era essa a sua vontade, mas surgiram os problemas habituais, pensando que alguns seriam fáceis de solucionar, nomeadamente as expropriações que, das duas experiências com que já se deparou, se as outras se revelarem de igual dificuldade haverá obra por muito tempo e que provavelmente terá que se partir para a declaração de utilidade pública, pensando que é o percurso que terá que se seguir, porque os contactos com os proprietários, têm sido muito difíceis, desde pedidos de valores impensáveis e exorbitantes e que a Câmara naturalmente não irá pagar.

Em relação às outras questões que foram levantadas, o Senhor Presidente referiu e deu como exemplo o Quartel das Esquadras, onde no orçamento tinham aparecido um valor inicial, depois aparecerem outros, explicou que as rubricas foram dotadas em orçamento, com a quantia de sensivelmente 600.000,00 €, depois foi ajustado o valor. A obra foi adjudicada por um valor inferior, daí que foi retirado do orçamento, o valor que estava em excesso.

Relativamente à Rua do Comércio e como já foi explicado existia uma dotação para a obra, depois foi retirada essa verba porque não se avançou em virtude de existir o problema das expropriações, pelo que foram reforçadas outras rubricas que foram lançadas, nomeadamente, a Estrada Nacional 16, que não tinha a dotação suficiente, tendo em conta o orçamento constante do projeto, esperando que as propostas a apresentar sejam de valores muito mais baixos.

Mais informou que, este valor subiu muito mais do que foi superior aquele que inicialmente estava previsto, porque só as guardas representam um terço do valor da obra, havendo necessidade de ter a dotação orçamental para ela, caso contrário não poderia ser lançada, retirando de outras rubricas verbas de outras obras que não se iriam iniciar, e nomeadamente a Revitalização da Zona Comercial, pela razão já explicada.

Quanto ao Quartel das Esquadras o Senhor Presidente referiu que, também ainda não foi lançada a obra porque já existia um parecer da Direcção Regional da Cultura, para se poder avançar com a obra, mas quase no momento da decisão do lançamento, foi recebida superiormente da Direção Geral da Cultura, um outro parecer a dizer que não concordavam com a abertura de mais que de dois vãos, o que não foi nem agradável para o projetista, nem agradável para o arquiteto que da Direcção Regional da Cultural que já tinha dado o parecer favorável. Superiormente foi comunicado à Câmara que depois de analisado o projeto de outra forma, não era aceite com os quatro vãos que lá estavam para abrir, mas apenas dois e mais o elevador, encontrando-se neste momento a obra suspensa e pendentes de decisão superior.

Mais referiu o Senhor Presidente que há vicissitudes e acontecimentos pontuais com que um Presidente de Câmara tem que jogar e que dificultam o andamento normal dos processos.

Pelo Senhor António Frias, foi dito que conhece e sabe perfeitamente os mecanismos, financeiros e orçamentais para isso, só que independentemente do que foi explicado, há uma coisa que não consegue compreender que é a dotação zero, porque não existe e só queria, dizer que não existiam dados suficientes para poder fazer as alterações, mas concretamente na Revitalização existem, porque tem o que lhe foi dito agora é que esta obra é nova no orçamento, na revisão do orçamento porque está com dotação zero atual e agora é que lhe vamos dotá-la com 600.000,00 €, mas não, nós já lá tínhamos 600.000,00 €, podemos ter tirado tudo 600 000,00 €, normalmente por bom

senso deixa-se rubrica aberta com 500,00 € ou somente com um 1,00 €, portanto o que o chama a atenção é isso, porque efetivamente será uma questão técnica.

Seguidamente a Drª Joana perguntou se após a conclusão das obras do Memorial aos Refugiados o edifício da antiga Alfandega ficava tal qual como está.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que a Câmara, teve um arquiteto um ano inteiro a trabalhar num projeto para o edifício e como não tínhamos técnicos para as especialidades, a Câmara de Almeida pagou 49.000,00 €, para execução dos projetos de especialidades e ofereceu todos os projetos à Administração Interna para instalação do novo quartel da GNR em Vilar Formoso, mas até hoje nada foi feito e perguntou se tudo isto será da responsabilidade da Câmara? Certamente que não.

Mais informou o Senhor Presidente que, das últimas idas a Lisboa teve mais uma reunião com a Direcção Geral do Tesouro, no sentido do edifício poder vir a ser propriedade da Câmara, caso se chegue a esse entendimento.

A Dr.ª Joana lamentou o facto de se ter uma obra bonita e ao lado outro edifício quase em ruínas.

O Senhor Presidente informou que, realmente a estação foi classificada como uma das cinco mais bonitas do País que foram recuperados os armazéns, e mais que recuperados vão receber o Memorial aos Refugiados e Cônsul Aristides de Sousa Mendes, estando em curso a parte Museológica, tendo quase a certeza, por aquilo que conhece do trabalho de quem o está a fazer que poderá ser um bom motivo para visitas, além de fazerem um tratamento urbanístico de todo aquele espaço, o Largo da Estação integrado nesta obra da Revitalização da Zona Comercial de Vilar Formoso da Rua do Comércio e Largo da Estação, é o projeto que se estava a discutir para ser lançado depois é uma pena que ali fique aquele edifício da Antiga Alfândega, por recuperar e lhe dar outra funcionalidade será necessária como a instalação do Quartel da GNR.

Mais referiu que a Câmara fez o seu trabalho de casa e apresentou propostas e lançou desafios pese embora o Município não tenha até hoje as respostas necessárias para algo que tanto trabalhou.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

**4- Lei dos Compromissos – Contratos Plurianuais;**

A alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, refere que a assunção de compromissos plurianuais, independente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Atendendo a que os investimentos de "Modernização Administrativa – Espaço do Cidadão e Balcão Único em Almeida" e " Ordenamento do Estacionamento na Zona da Estacada em Almeida", geram despesa em mais que um ano económico e, atendendo ao acima referido, propõe que a Assembleia Municipal, autorizasse a repartição de encargos para o ano seguinte.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

**5- Discussão e Votação do Aditamento ao Memorando de Entendimento – Município de Almeida / All-IN e Contrato de Cessão de Exploração das Termas de Almeida - Fonte Santa ";**

O Senhor Vice-Presidente informou que numa deliberação da Câmara Municipal de 16/8/2016 e também deliberação da Assembleia Municipal de 01/09/2016, foi autorizada a abertura de concurso público e aprovadas as respetivas peças e por deliberação de 10/11/2016, foi aprovado o relatório final e proferida a decisão de adjudicação da proposta ao concorrente All-In.

Acontece que nos termos da clausula 4ª e 14ª do Caderno de Encargos o contrato apenas se inicia quando a Câmara de Almeida, conclua as obras de reabilitação, ou seja durante os anos de 2017,2018 e 2019.

Nesta conformidade devem ser introduzidos ajustamentos ao contrato no sentido de apenas ser exigível ao adjudicatário a apresentação da caução aquando da entrada em vigor do contrato e não nesta face de sede pré-contratual, ou seja para não confundir muito é fundamentalmente por esta questão que foi levada novamente à reunião de Câmara que foi devidamente aprovada e vêm aqui à Assembleia Municipal, ou seja, ambas as partes que devem ser introduzidas pequenos ajustamentos ao contrato.

Isto está previsto e a Câmara tem um parecer jurídico que permite estes ajustamentos ao contrato, mediante os códigos e artigos do CCP, e que permite que a

apresentação da caução da entrada em vigor do contrato seja apresentada não nesta fase de sede pré-contratual, na qual o adjudicatário não pode tirar qualquer rendimento da exploração, o que aliás já foi dito na última reunião da Assembleia Municipal.

O Senhor Vice-Presidente pensa que é compreensível não ser exigido nesta fase a apresentação da caução, porque não tem qualquer tipo de rendimento da exploração das termas e nem inclusivamente o Município fez as respetivas obras que tem obrigação de fazer, conforme contrato de memorando de entendimento já devidamente também aprovado em Câmara e Assembleia Municipal.

Para o efeito, propõem-se aqui pequenos ajustamentos os quais, foram à reunião da Câmara se solicita à Câmara que aprovasse a minuta do contrato anexo, que se aprovem os ajustamentos ao contrato da minuta de contrato anexo que se ordene também na notificação do adjudicatário da decisão de adjudicação da minuta, para no prazo de 5 dias apresentar novamente os documentos de habilitação "penso que já estão apresentados" é o único como sabemos mas de qualquer maneira tem que ser notificado para apresentar os documentos de habilitação e reclamar contra a minuta do contrato e ou contra os ajustamentos ao contrato, nos termos e para efeito disposto no art.º 102 do CCP, portanto pede-se a esta Assembleia que aprove estes ajustamentos, quer relativamente ao aditamento que pensa, que todos tenham recebido quer ao memorando de entendimento, quer também, aos pequenos ajustamentos à minuta do contrato.

Assim sendo pensa que expliquei e foi claro que isto é fundamental pela razão que explicou de que relativamente à Exploração das Termas e já foi dito aqui na última reunião da Assembleia Municipal e bem, indo ao encontro do parecer jurídico que temos em nossa posse, é perfeitamente permitido que seja apresentada a caução quando o documento entrar em vigor e não nesta fase de sede pré-contratual, em síntese é isto que está aqui em causa, e é o que se propõe à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

**6 – Caixa Geral de Depósitos Almeida;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que pensa que o assunto merece uma discussão mais alargada e até uma estratégia, não se limitando apenas a responder ao Senhor Professor Aristides, mas

fazendo um desafio a todos porque será oportuno fazê-lo e no local como uma Assembleia Municipal e entrar na ordem do dia.

Relatado os acontecimentos até ao dia de hoje, informou que enviou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para conhecimento a primeira carta que no dia 2 de Março, dirigiu ao Administrador da Caixa Geral Depósitos, depois de ter tido conhecimento no dia 1 de março pelo Diretor do Centro que haveria intenção de fechar a Agência da C.G.D, em Almeida. No dia seguinte e depois de reunir com os Senhores Vereadores enviou uma carta ao Senhor Ministro das Finanças com conhecimento ao Conselho Administração da C.D.G., Sr. Dr. Paulo Macedo, discordando da decisão do encerramento e apresentou os argumentos fortes a favor da sua manutenção.

Houve entretanto alguns desenvolvimentos nesse mesmo dia, tendo manifestado a sua repulsa e indignação por uma decisão deste tipo, tendo-lhe o Senhor Diretor dito que, na sexta-feira dessa semana iria ter uma reunião em Lisboa ao mais alto nível e que iria colocar todas as suas preocupações, ou seja tudo aquilo que lhe foi transmitido e que, na segunda-feira lhe telefonaria a dar nota do que tinha acontecido. Realmente na segunda-feira antes de almoço telefonou ao Senhor Presidente dizendo-lhe que, com o que lhe iria transmitir, não queria dizer-lhe que sim ou que não, mas dizer-lhe que para já este assunto estava suspenso. Qual foi a surpresa quando mais tarde veio a saber que, as pessoas começaram a receber cartas, tendo ele próprio recebido uma a dizer que as portas da Agência iriam encerar no dia 27 desse mês.

Mais referiu que a ele nada mais lhe foi dito e nunca mais o Senhor Diretor se dirigiu a ele, nem sequer a Gerência da C.G.D. que, também estava presente nesse primeiro encontro, lhe disseram absolutamente nada.

Acrescentou que também os Senhores Deputados e eleitos pelo circulo eleitoral da Guarda do PSD como do PS, concretamente o Senhor Dr. Santinho Pacheco e pelo PSD – Drª Ângela Guerra e Dr. Carlos Peixoto questionaram o Ministro das Finanças e Assembleia da Republica, com perguntas sobre a decisão de encerramento da Caixa Geral de Depósitos de Almeida. Ele próprio também o fez e no dia 27 de março a escrever nova carta ao Senhor Ministro das Finanças, também com conhecimento ao Conselho de Administração, fazendo-lhe essa mesma pergunta.

Sendo esta a decisão manter uma agência por concelho, perguntou? Se a de Almeida é ou não para manter? Não obteve qualquer resposta até hoje e como se esgotou

segundo o seu ponto de vista, o diálogo institucional, que sempre privilegiou e privilegiará entendeu que se deveria tratar o assunto de outra forma.

Estas formas são formas legítimas de todos nos fazermos ouvir através dessa concentração/manifestação e pensa que fruto disso ou de diligências que se estavam a fazer já tinha havido alguma evolução.

Fruto das diligências e efectuadas foi-lhe comunicado que iria ser recebido pelo Administrador da Rede de Agências da Caixa Geral Depósitos Dr. José João Guilherme. De tarde o Sr. Presidente recebeu um telefonema da Sr.ª Gerente a dizer que, o Sr. Dr. José João Guilherme estaria disponível a recebe-lo e que brevemente iria ser agendada a reunião.

Mais informou que a referida reunião iria acontecer amanhã dia 18 de abril e ainda hoje, se deslocaria para Lisboa, a fim de ser recebido. Em função disso disse também, que no caso de uma resposta negativa já tinha preparada a forma de protesto que se iria fazer e que, se por ventura a reunião não tiver um desfecho positivo, telefonará dizendo e dará instruções sobre como tudo irá decorrer e quais as formas de mobilização que se irão encetar.

Caso não haja boas notícias o Senhor Presidente afirmou não baixarem os braços e lutarmos, contando também com o empenho e mobilização de todos se não houver um desfecho positivo.

O Senhor Presidente voltou a referir que, irá haver outras formas de manifestações não sabendo, se o desafio que foi feito pelo Senhor Vice-Presidente aos microfones no próprio dia da concentração programada para quarta-feira se fará sentido ou não, mas haverá outras formas que serão utilizadas tais como a deslocação a Lisboa em manifestação, que terão que nos ouvir lá já que não nos ouvem à distância de 300 e muitos kilómetros.

O Senhor Presidente apelou para todos se mobilizarem nesse sentido e espera que o desfecho seja positivo para os anseios de todos e para que, a agência da Caixa Geral de Depósitos de Almeida se mantenha com as portas abertas, tendo em conta que os custos já são mínimos, pois há uma gerente para os dois locais e já reduziram o pessoal quase ao mínimo, não se justificando que haja esta atitude discriminatória tendo em conta que é a única Agência do País que irá encerrar portas na Sede do Concelho.

Pelo Professor Aristides Valente, deseja que amanhã a reunião seja frutífera e que tenha os resultados que todos ansiamos, pese embora tudo o que tem acontecido justificar o nosso pessimismo.

Mais referiu que, todos deveremos estar solidários com esta luta e levá-la até ao fim e com as diversas formas que nos dispusermos a tomar, formar também juntamente com a Autarquia e não contra com o Órgão Autárquico, em conjunto, pois a luta é de todos.

Informou ainda que, a Junta de Freguesia também teve algumas iniciativas com a concentração e um abaixo assinado, que recolheu já 2200 assinaturas e que hoje irá ser enviado a vários órgãos de soberania e outras instituições e informar também que houve um deputado Manuel Tiago, que colocou uma questão ao Governo através do Ministro das Finanças, acerca das razões do previsível encerramento da Agência da C.G.D.

Por último referiu que, todos estamos solidários com isso e vamos para a frente.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, o PS do Concelho de Almeida, está e estará sempre na defesa do interesse público, referindo que a CGD é um banco público e faz falta neste Concelho, concretamente na sua Sede. Pensa que não existe ninguém no Concelho que esteja a favor do encerramento da Agência, sendo necessário apoiar todas as formas de luta, independentemente por vezes da presença ou não, mas o essencial mantêm-se.

Disse ainda que quando foi anunciado este documento ele vinha de uma reunião da CIM com a Dr.ª Helena Freitas e concretamente um dos objetivos e com as dificuldades que ela própria tem de lidar com as negociações a nível do Governo, foi referido que pelo menos iria conseguir travar o fecho de mais serviços públicos.

O Senhor António Frias disse ao Senhor Presidente que tem como Chefe do Município toda a liberdade para tentar reverter uma missão bastante difícil, pois têm datas marcadas e decisões tomadas, manifestando força para que na reunião de amanhã o Senhor Presidente consiga bons resultados, porque só quem baixa os braços é que deixa de lutar.

O Senhor António Frias relembrou que últimos serviços que foram fechados em Almeida têm também o punho do Sr. Dr. Paulo Macedo ou seja o Serviço de Urgências no Centro de Saúde.

Mais referiu que, se na altura já conhecesse um bocadinho melhor Almeida, com algum tipo de manifestação contra, provavelmente agora já nos conhecia melhor. O

Senhor Frias lamentou porque o encerramento do SAP teve evolução em 2007, em que houve manifestações e ao fim ao cabo nunca foi posta em prática mas em 2011, ficamos todos caladinhos e ninguém disse nada.

O Senhor Presidente da Câmara, disse ao Senhor Professor Aristides dizendo que, se congratula com a participação e presença do Deputado Miguel Tiago do PCP, disse ainda que não se referiu a ele na sua intervenção, porque enunciou apenas os que tomaram posição antes do envio da sua segunda carta ao Ministro das Finanças

O Senhor Presidente referiu ainda que, ao Senhor António Frias que por ocasião dos SAP, houve uma manifestação em que a Câmara, a Junta de Freguesia de Almeida e muita gente estiveram presentes e deu alguns frutos, pois a Administração da ULS assumiu um compromisso connosco e com os BVA de colocar aqui uma VEMER e isso foi cumprido durante um ano ou ano e meio, mas quando entrou a nova Administração deixaram de pagar aos Bombeiros.

Por último o Senhor Presidente deu conhecimento que acabou de receber uma carta da Casa Civil do Senhor Presidente de República, mas pouco acrescenta ao que já havia sido transmitido, no entanto e de qualquer maneira foi agradecido o empenho e o acompanhamento do Senhor Presidente da República.

**III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito se alguém desejava usar da palavra neste ponto ao público em gera.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então a palavra à Técnica Superior do Gabinete Florestal – Dr.ª Lénia Fortunato.

A Dr.ª Lénia Fortunato, abordou o tema dos incêndios florestais, dizendo aos presentes e nomeadamente aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesias e Uniões de Freguesias que, como estamos às portas do verão, é necessário, proceder-se à limpeza das envolventes das habitações e outros edifícios conforme a Lei determina, solicitando-lhes que sensibilizassem as populações para este efeito, por forma a evitarem-se incêndios com consequências, por vezes bem desastrosas.

Pelo Senhor Comandante do Destacamento Territorial foi também apelado para a limpeza das envolventes das habitações explicando também o que eram as queimas e

as queimadas, quais os prazos em que deveriam ser feitas e como deveriam ser feitas, disponibilizando os seus serviços para esclarecimento de quaisquer dúvidas

**APROVAÇÃO EM MINUTA:**

As minutas de todos os documentos constantes da Ordem de Trabalhos foram aprovadas por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A 2ª Secretária,